

---

PAIVA, José Pedro

*Un episcopato vigile. Portogallo, secoli XVI-XVIII.*

Prof. di Mario Spedicato. Trad. di Paola Nestola. Lecce:

Ed. Grifo, 2013. 345, [6] p. ISBN: 978-889-81752-84

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

A tradução italiana de um conjunto de nove textos dispersos de José Pedro Paiva, publicados desde 2006 e agora revistos, cujo original se encontrava em português ou inglês, permite reconhecer a originalidade de uma visão histórica sobre o episcopado português nos séculos XVI a XVIII.

O Prefácio do Prof. Mario Spedicato salienta o alargamento historiográfico dos trabalhos do professor coimbrão, capaz de alcançar o papel do bispo no governo pastoral, na função administrativa, cultural e social. Além do conhecido trabalho, seja na vertente disciplinar, seja teológica, os bispos são homens da Coroa, quando não da Corte, e pastores do povo de Deus. Desde a apresentação régia até ao papel político e vigilante do bispo sobre o território se concretiza uma ligação ao poder.

O bispo vigilante, como indica a origem grega do termo *episcopus*, atende não só aos desvios doutrinários ou morais da sua região, como assegura a ordem social, atende à promoção cultural para além do exercício da dimensão pastoral e litúrgica. Os estudos de José Pedro Paiva, particularmente desde 1998, analisam os critérios de seleção dos bispos correspondente ao exercício desta múltipla função. O trabalho de levantamento e de análise, de “reconstrução e de problematização tem sido desenvolvido de forma inovadora seja no método seguido, seja nas conclusões obtidas”.

José Pedro Paiva consegue identificar os problemas próprios da igreja tridentina e específicos do Portugal moderno. Ao caracterizar a elite episcopal, nas suas competências e debilidades, no seu confronto com o poder civil, oferece ao debate historiográfico um contributo rigoroso e interperante para novas indagações.

A tradução italiana justifica-se pela afinidade temática, pela possibilidade comparativa e por declarada inspiração recebida pelo autor da historiografia produzida na Itália.

A escolha do tema de estudo deve-se por um lado, à dimensão do poder episcopal reveladora de uma “imagem global e sistemática do funcionamento da Igreja e da importância do religioso no antigo regime”. Por outro, o estudo dos bispos diocesanos permite perceber o grau de sensibilidade à influência romana, o jugo à Coroa e a atenção aos súbditos.

Os trabalhos do Autor conjugam conhecimento de factos, graças ao recurso a fontes de primeira mão, reconstrução do passado e explicação dos comportamentos, opções e crenças, com a luminosa abertura de novas questões.

Começa por analisar os critérios e mecanismos para chegar à nomeação episcopal e como os vínculos estabelecidos pelo poder régio e redes de influências marcam e restringem a atividade das figuras apresentadas. Desde 1503 o Rei de Portugal apresenta os Bispos à Cúria, optando por eclesiásticos leais e subordinados, para premiar fidelidades e manter lucros.

Quem governava o complexo jogo de interesses era o Rei, com vontade de respeitar a configuração política de cada fase histórica.

O segundo texto recua à fase pré-concílio de Trento, estudando, através do caso de um bispo-príncipe, cardeal D. Afonso, o movimento da pré-reforma que segue o II Concílio Lateranense e antecipa o de Trento, sobretudo pelo ataque às rendas. Através desta figura do prelado de Évora (1523-1540) percebem-se os limites de uma vivência ritualista ainda sem influência erasmiana. Vivia rodeado de luxo e abundância de servidores, acumulava benefícios sem corresponder pessoalmente aos compromissos pastorais.

Do estudo de caso passa J. P. Paiva ao método comparativo para, no terceiro capítulo, reconstruir a cerimónia de entrada solene dos bispos nas dioceses (séc. XV-XVIII) e entender a função afirmativa de um poder, de uma autoridade, captada seja na força de repetida tradição ritual, dividida em seis momentos, seja na adaptação a mudanças, ocorridas no campo social e na distinção de funções públicas.

Uma das dimensões da vigilância episcopal, para além do governo das abundantes rendas, sobretudo nas dioceses ricas de Évora, Braga, Lisboa e Coimbra, situava-se no campo doutrinal, disciplinar e litúrgico, nomeadamente através da produção literária e sua censura. A esta vertente se dedica o quarto capítulo. O estudo analisa e avalia o peso do episcopado na produção do livro, na sua censura, durante os séculos XV-XVI, com papel alterado desde a criação da Inquisição (1536). A utilização da imprensa ao serviço da ação pastoral e a teia de relações, percebida nas dedicatórias, são estudadas com perspicácia detalhada. J. P. Paiva explica dentro da influência romana a evolução dos vários índices de livros proibidos.

Para aquilatar o lugar do compromisso político dos bispos, J. P. Paiva escolhe, no capítulo quinto, o momento da crise dinástica, que conduziu à integração de Portugal na monarquia espanhola entre 1581 e 1640. Nessa hora de confronto, aclaram-se as motivações políticas dos prelados das 13 dioceses. Evidencia-se o esbatido papel da elite eclesiástica na política, ao indicar atitudes capazes de continuar solidamente o Estado. Perante a ideia de que a hierarquia apoiava Filipe II, com exceção dos jesuítas e do bispo da Guarda, e que o baixo clero estava do lado do Prior do Crato, Pedro Paiva mostra como existia variedade de motivações e interesses familiares e de grupo para sustentar posições políticas diversas e pessoais, alteradas no tempo indeciso da crise, sem estratégia clara. Dominou um comportamento realista e pacífico.

Segue-se, no sexto capítulo, o estudo da aplicação de Trento (1578-1640), sublinhando o papel dos prelados no avanço ou atraso do programa traçado, no contexto português. Percebem-se quais as dimensões privilegiadas e os impedimentos encontrados. O Autor considera que a reforma tridentina é posta em ação pelos bispos, com diversa intensidade, no espaço geográfico e cronológico, nas seguintes dimensões: reforço da autoridade episcopal com inevitáveis conflitos; uniformização do espírito tridentino com inerentes contendas dogmáticas e disciplinares, através de sínodos, normativas, obras de teologia e de espiritualidade e com a repressão de correntes heterodoxas; reforma do clero regular e secular, em vetores como: residência dos párocos, combate à ignorância pela criação de Seminários, cuidada atenção na admissão a ordens; tentativa de renovação e aprofundamento da religiosidade através de inspeção, missões, confissão, visitas pastorais, Inquisição.

---

Analisa as diversas alternâncias de envolvimento dos bispos na censura dos livros e da hegemonia ou exclusão da Inquisição na censura dos livros. Verifica como mesmo as edições dos livros específicos da jurisdição episcopal eram objeto de censura inquisitorial. A colaboração dos bispos é apontada na inspeção das naus e na elaboração de índices de livros proibidos.

A uma perspectiva tridentina da pregação, integrada na missão magisterial dos bispos, dedica-se o sétimo capítulo. O Autor procura identificar os modelos de pregação seguidos, como exerciam os bispos o controle sobre os pregadores das dioceses e que eficácia conseguia, no caso de penalização. Consciente da escassez de produção historiográfica, o Autor arrisca um quadro sintético dos problemas. Estuda as constituições diocesanas, provisões e pastorais desde 1548 até 1687, com exames requeridos, código de comportamentos. Observa alguns bispos pregadores, detendo-se no caso de Afonso Castelo Branco e verificando os tempos e modos de pregação. Esclarece como procediam os bispos para vigiar e punir os pregadores indisciplinados, e as dificuldades para serem obedecidos. Por isso, em diálogo com a Inquisição, atendiam aos rumores de excesso retórico ou abusos (como teatralizações comoventes da paixão), na comunicação dos pregadores, fora da regulamentação e vigilância episcopal.

Esta vigilância episcopal fazia parte de um sistema disciplinar, agudizado e assumido pelo Tribunal do Santo Ofício. Estuda-se, no oitavo texto, o modo de “cooperação e complementaridade” dos bispos na máquina autoritária do Estado. O Autor oferece exemplos de promoção de um sistema cultural religioso destinado a manter a hierarquia, ordem e obediência como pilares de uma vida e disciplina social querida por Deus. A determinação confessional contribui para a coesão social e o nascimento do Estado Moderno, seja através de intervenções disciplinares seja pela interiorização de comportamentos com recurso à persuasão. Entre os mecanismos de inspeção episcopal dos pecados públicos estava a visita pastoral e a vigilância dos párocos. Além do recurso à justiça, os erros eram corrigidos pela exortação e persuasão na confissão, pelas catequeses, pela leitura de cartas pastorais dos bispos, pelas missões sobretudo de dominicanos, franciscanos, jesuítas e oratorianos. Estes recorriam a procissões, exposição de imagens e objetos de devoção, divulgação de formas de oração e sermões. Razões para esta complementaridade são apontadas pelo Autor: a concentração do poder régio, o cruzar de carreiras eclesiásticas fazendo bispos os ministros da Inquisição, a exiguidade da formação homogénea das elites eclesiásticas portuguesas, nas universidades de Coimbra e Évora, o relevante poder atingido pelo Santo Ofício no Reino, controlando o serviço episcopal, bem como a concentração da Inquisição na perseguição aos cristãos-novos.

O livro encerra e prolonga a temática da vigilância no século XVIII, com regresso ao estudo de caso: Fr. Luis de Santa Teresa, bispo carmelita de Olinda, no Brasil (1738-1754), pertencente ao movimento renovador da Jacobeia. Percebe-se o modo como o bispo desenvolve pastoralmente o ideário espiritual no território brasileiro e como o poder régio interfere na longínqua ação pastoral. Verifica o Autor a rigorosa determinação episcopal e os permanentes conflitos com o poder colonial, queixas sucessivas junto do Rei, suas respostas conciliadoras, até chegar a mudança de ciclo político com a morte de D. João V e a perda de influência da Jacobeia na corte.

Esta publicação consagra, no exterior, uma investigação pautada por precisão temática que permite um notável aprofundamento da problemática e por capacidade de revolver as fontes e retirar-lhes o sumo que renova a historiografia portuguesa.